

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 23 de abril de 2025 - Ata n.º 30.

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Gugu Bueno** (1.ª Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **30.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta quarta-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 171/2025** da Via Araucária Concessionária de Rodovias, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 225/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 160/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.354; **Ofício n.º 226/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 460/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.364; **Ofício n.º 227/2025** do Gabinete do

Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 7/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.356; **Ofício n.º 228/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 719/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.355; **Ofício n.º 229/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 24/2025, que foi convertido na Lei n.º 22.361; **Ofício n.º 230/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 594/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.362; **Ofício n.º 231/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 896/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.360; **Ofício n.º 232/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 908/2023, que foi convertido na Lei n.º 22.357; **Ofício n.º 233/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 785/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.359; **Ofício n.º 234/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 104/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.358; **Ofício n.º 235/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 732/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.363.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais; cumprimento a imprensa livre que nos assiste; cumprimento os cidadãos que nos prestigiam nesta Assembleia; cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto, que me assiste através da *TV Assembleia*. Faço hoje mais uma denúncia gravíssima. Essa denúncia consta do melhor jornal de circulação nacional, que é a *Gazeta do Povo* – que, aliás, é um jornal que não vendeu a sua ideologia em troca de benefícios por parte do Governo Federal. É isso mesmo! A *Gazeta do Povo* – aliás, eu digo: “Assine a

Gazeta" – continua a mostrar as verdades do País. E quem duvida disso, em relação aos benefícios dos outros meios de comunicação, é só dar um *Google* e verificar quanto a Rede Globo recebe por mês do Governo Lula. Pois bem, senhores, a *Gazeta do Povo*, de forma corajosa, mostrou fatos gravíssimos envolvendo uma universidade estadual de São Paulo, que é a Unicamp – Universidade de Campinas. Os alunos da Unicamp fizeram uma greve. Isso mesmo, uma greve de alunos, não greve de funcionários, não greve de professores, greve de alunos. E greve de alunos que não pagam as mensalidades, porque as mensalidades são pagas pelo nosso bolso, pelo dinheiro do contribuinte. Pois bem, além disso, exigiram nessa greve, Deputado Arruda, que houvesse cotas específicas para transexuais, travestis e pessoas não binárias, que é a cultura *woke*. Pois bem, onde está a prova que travestis, transexuais e pessoas não binárias são preteridas do acesso à cultura? Até porque o Enem não olha cor, não olha credo, não olha religião. Então, estabeleceram eles que, quando as turmas tiverem até 30 alunos, uma vaga será para transexuais, travestis e pessoas não binárias. Se a turma for de mais de 30 alunos, duas vagas serão para travestis, transexuais e pessoas não binárias. Não tenho nada contra travestis, transexuais e pessoas não binárias – quero deixar isso muito claro –, mas não existe porque incluí-los nessa condição se não são preteridos do acesso à educação. Se fossem pessoas pobres, advindas de colégios públicos, que não tiveram a oportunidade de estudar, até concordo. Agora, privilegiar pessoas que optaram por uma orientação sexual diferente com benefícios econômicos – porque é uma universidade pública –, não é aceitável. Isso é um absurdo, é uma falta de vergonha com o dinheiro público. Pensando nisso, para proteger a sociedade paranaense, vou apresentar um Projeto de Lei Estadual, e nesse Projeto de Lei ficará proibido que universidades estaduais tenham vagas, que tenham cotas exclusivas para transexuais, travestis e pessoas não binárias. Querem fazer parte do quadro dos alunos de uma universidade pública, com o dinheiro pago por todos nós? Estudem, passem por um vestibular, porque o vestibular, ou seja, o Enem, nada mais é do que competência, é dedicação, é estudo, é doar o seu tempo, porque cada escolha é

uma renúncia. Então, precisamos criar critérios de meritocracia no Brasil e, aqui no Paraná, vou apresentar um Projeto de Lei para esta Casa proibindo que as universidades estaduais estabeleçam cotas para travestis, transexuais e pessoas não binárias. O exemplo da Unicamp é gravíssimo. E vamos lembrar que esse acordo na Unicamp ocorreu por vontade dos alunos que fizeram greve, greve daqueles que não estão trabalhando e que são beneficiados com o dinheiro público. Aqui, no Paraná, não vamos aceitar essa barbaridade, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Bom dia a todos e todas. Gostaria de falar hoje sobre segurança pública. Em época de eleição, todos os políticos colocam a segurança pública como centro de seus programas, de suas promessas, de forma populista, oportunista. E, uma vez eleitos, simplesmente abandonam às traças a segurança pública. Exemplo: Governador Ratinho Junior, populista, uma viatura em cada esquina, um policial na frente de cada casa, uma guarnição na frente de cada comércio, e a população refém do medo diz “amém”, sem entender que, na verdade, por detrás das máscaras, nos bastidores do Poder, o que o Governo promove, de fato, é a insegurança pública. E como? Incentivando, ou ao menos silenciando, frente a casos escandalosos de corrupção. O exemplo do Secretário de Segurança Pública é gritante. O Tenente-Coronel Hudson, cujo irmão, mesmo lotado na Secretaria de Previdência Social, comanda o Departamento Penitenciário de forma obtusa, ilegal: pede transferências de presos para que, horas depois, o preso apareça morto em outra unidade; retira o Corregedor que ameaça investigar o caso; retira o Diretor do Depen, que obriga o Corregedor a trabalhar, para garantir impunidade. Insegurança, portanto, decorrente da impunidade. Capitães da Polícia Militar se sentem no direito de cometer os atos mais grotescos de corrupção, como aquele que direcionou uma licitação de mais de R\$ 1 milhão para própria esposa, dona de rede de supermercados. Que patacoada! Não se escondem, porque tem a certeza da

impunidade. Policiais militares que envergonham a farda, assassinos que se escondem atrás de um distintivo, operam nas ruas do Paraná e promovem pânico e terror. Em Londrina, como a morte do Kelvin, do Wender, mas também aqui em Curitiba. Semana passada um policial da BPTRAN, depois de uma briga de trânsito em que ele encostou no veículo da vítima – que era um trabalhador, Uber – cujo carro era alugado e por isso alguém tinha que pagar aquele prejuízo... Ele seguiu o policial que estava em carro particular, e não estava fardado, por algumas quadras. Não para agredir, não para matar – ele estava desarmado –, mas para cobrar o valor da batida, que é prejuízo grande para quem aluga o carro para trabalhar de Uber, para sustentar a família... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): E o que o policial fez? Assassinou fria e covardemente o trabalhador com um tiro no peito. Não foi um tiro na perna, não foi um tiro para cima, foi a vontade, a sede de matar. Aqui, no Atuba, o jovem Ian, que estava com algumas parcelas da moto atrasadas – ele não tinha roubado a moto, não era bandido, era motoboy, trabalhador, a crise econômica atrasou algumas parcelas – tentou se esquivar da polícia, esse foi o erro. Ele não sabia que a polícia era cruel, covarde e assassina. Atropelou ele e deixou uma criança de sete meses que não vai ter pai, um órfão, e também, por outro lado, uma viúva. Que tempos são esses? Que segurança pública é essa? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Renato.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Com a nossa anuênciia, com o nosso silêncio? Não com o meu. Eu digo não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia*. Bem, Paraná Pesquisas divulga a última pesquisa, o que todo mundo já esperava: Bolsonaro vence em primeiro e segundo turno. Mesmo inelegível e sem mandato, vence no primeiro e segundo turno do ex-presidiário Lula. Michele Bolsonaro já está com empate técnico e deve vencer Lula também. Por quê? O desgoverno do Lula está aí. Ninguém aguenta mais. O povo não aguenta mais. Para você ter uma ideia, o povo gasta mais de 60% para comprar a cesta básica. O dinheiro não vale mais nada. O poder de compra virou pó no nosso Brasil. Um Governo incompetente, um Governo irresponsável que gasta, gasta, não tem controle de gastos e não quer ter controle de gasto. O Lula já gastou em viagem R\$ 3,5 bilhões do seu dinheiro – você trabalhador, do seu dinheiro. Agora ele está indo para Roma para o enterro do Papa e está levando uma comitiva com o nosso dinheiro. Isso mostra que ele não está nem aí com o povo, nem com o Brasil. O Brasil afundado em dívidas – dívida do Brasil R\$ 9 trilhões, nunca esteve tão alta – e está aí o Lula e a Janja viajando. Na última viagem, a Janja gastou R\$ 250 mil do nosso dinheiro. E hoje, quando falo que este é um Governo corrupto e incompetente, onde eles põem a mão tem fraude... Quando a gente está vendo aqui R\$ 8 bilhões de roubo nas estatais, por quê? Por que dava lucro no Governo Bolsonaro? Porque tinha gente técnica, não era cabide de emprego e não tinha roubalheira. Agora enche de gente trabalhando, põe aquela cambada incompetente lá para receber sem trabalhar e há desvio do dinheiro público e não há controle do dinheiro público. O STF não está preocupado mais em dar 48 horas para o Presidente explicar alguma coisa, está preocupado em prender o Bolsonaro, que nenhum crime cometeu, fazendo aí um cenário, uma farsa de uma tentativa de golpe que nunca houve. E agora, hoje a notícia, mais uma, Presidente do INSS, nomeado pelo Lula em 2023, é afastado após operação sobre fraude de R\$ 6,3 bilhões. Presta atenção nisso, gente! Esse é outro filhotinho do Paulo Bernardo, é o mesmo esquema. Eles entram para meter a mão na grana do aposentado. É vergonhoso o que o PT faz, R\$ 6,3 bilhões. Ele foi nomeado em 2023. Então, em menos de dois anos esse cara desviou mais de R\$ 6 bilhões do

dinheiro do aposentado. Quando falamos que o PT é uma quadrilha, tem gente que fica bravo aqui. *Ah, tá ofendendo.* Mostra o contrário então. Onde vocês entram, roubo. Aquele lá o *Pé-de-Meia* já está tendo fraude. *Bolsa-família* tem fraude. Tudo o que o PT põe a mão tem fraude. Eu peço aí aos Deputados Federais, Senadores, por favor, tomem providências, porque, como Deputado Estadual, não podemos tomar providências em nível federal. Ainda bem que a corporação da Polícia Federal, boa parte, é gente séria que trabalha pelo bem do Brasil, e a operação é da Polícia Federal. Gente, se no INSS tem R\$ 6,3 bilhões de fraude em menos de dois anos, imaginem no resto deste Governo. Posso afirmar: onde fiscalizar, onde auditar vai ter fraude! É um Governo de ladrões. O Lula foi investigado, julgado e preso por ser o maior ladrão que o Brasil já teve. Colocou nos ministérios e nas estatais só corruptos – e não sei para quem vai todo esse dinheiro, porque é muito dinheiro, gente. Então, você trabalhador que fez o “L”, o seu dinheiro está indo embora, na fraude, em mordomia, em viagem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... e para você, trabalhador, não sobra nada além de chorar, porque não tem aumento de salário. Está faltando remédio para epilepsia, ele cortou mais de R\$ 1,5 bilhão na compra de remédios. Enfim, vivemos um caos no Brasil, um caos no Judiciário, um caos na economia, um caos na segurança pública, um caos no campo, porque só tem invasores de terra hoje em dia. O Brasil virou uma guerra. Vivemos aqui quatro anos em paz com o Bolsonaro, o Brasil dando certo, e agora em dois anos esse caras destruíram nosso Brasil. Nenhum brasileiro vive em paz, vive tranquilo e não tem dinheiro para mais nada. Tudo está mais caro neste desgoverno. Tudo. A alimentação dobrou o valor. Energia aumentou o valor. Gás de cozinha aumentou o valor. Tudo está mais caro. Eles estão aí preocupados em viagem, preocupados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado. Pelo Grande Expediente, primeiro orador inscrito: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los ao tempo que cumprimento todos e todas que estão visitando a Assembleia no dia de hoje, nos honrando com suas presenças. Quero também aqui cumprimentar quem está a distância acompanhando a nossa Sessão. Mais uma vez, lamentar profundamente a morte do Papa Francisco, uma liderança que fez muito bonito o trabalho como líder da Igreja Católica. Católico que sou acompanho o trabalho de todas as lideranças da nossa Igreja, em especial, o trabalho dos diferentes Papas. E o Papa Francisco fez a diferença. É o Papa do encontro. É o Papa que não falava dos pobres, ele falava com os pobres. Ele não falava dos imigrantes, ele falava com os imigrantes. Ele falava com as pessoas. Ele ouvia e acolhia. É o papa do acolhimento, da inclusão, é o papa que fez o debate da diversidade, entendendo que todos e todas somos criaturas de Deus. É o papa do amor, da caridade, da fraternidade, da solidariedade. O legado que ele deixa não vai desaparecer, ele ficará para sempre e a maior homenagem que nós podemos fazer ao Papa Francisco é continuar empunhando as bandeiras que o papa sempre empunhou na defesa de uma sociedade fraterna, solidária e justa. Então, nós rendemos homenagem a esse grande líder que comoveu o mundo todo com o seu papado e agora com a sua despedida. Muito, muito obrigado, Papa Francisco, vá em paz. Quero aqui também dizer à nossa Assembleia e à Comissão de Direitos Humanos que convocamos uma Audiência Pública para Londrina no dia 8 de maio. Deputado Renato Freitas, é importantíssima a sua presença, vamos debater as denúncias apresentadas pela população de Londrina, inclusive contidas em um requerimento do Deputado Arilson Chiorato, dirigido à Comissão de Direitos Humanos. Vamos fazer o debate com a população e também com as autoridades, porque as denúncias que recebemos na Comissão são fartas e precisam de providências urgentes com relação à violência policial denunciada por familiares e também por entidades na cidade de Londrina. Então, estaremos lá no dia 8 de maio, às 19 horas, será no auditório da OAB – Seção de Londrina e Região. Então fica aqui o

convite para todos os Deputados e Deputadas e para a população também, de Londrina, para participarem desse debate que é um debate importante. Precisamos de providências, queremos segurança sim, mas não queremos abuso contra nenhum paranaense. Quero também aqui fazer um convite para a Sessão Solene de homenagem aos 15 anos do *campus* do Instituto Federal de Palmas. Será no dia 24 – amanhã, portanto – às 18 horas. Estaremos lá, em Palmas, para comemorar junto com os 2 mil e 300 estudantes, com os 150 professores, com os 50 funcionários do Instituto Federal, com a população de Palmas e região, o trabalho importantíssimo que faz o Instituto Federal, com cursos técnicos de nível médio, com cursos também que formam tecnólogos de nível superior, com 13 cursos de nível superior. Inclusive, Deputado Requião Filho, tem Direito lá naquele Instituto Federal. E estamos aguardando inclusive a presença sua e também do seu pai, do Requião, Governador que foi, que ouviu aquela comunidade e comprou a Unics – a Universidade da Igreja Católica – e doou para o Instituto Federal. Pude participar desse debate, dessa discussão, quando em 2009 recebi aqui na Assembleia – foi nessa sala aqui anexa ao Plenário – a reitora da Unicislá de Palmas, a Professora Ivânia, que veio trazendo um dossiê propondo a transformação da Unics – da universidade que era confessional e tinha que cobrar mensalidade, era paga – em instituição pública de ensino. Pude, então, recebê-la aqui. Ela veio trazendo a proposta, a pedido do Dom José Antônio Peruzzo – hoje Arcebispo de Curitiba, na época Bispo de Palmas da Região Sudoeste –, nós acolhemos a proposta aqui na Assembleia e, imediatamente, marcamos uma audiência com o Ministro Paulo Bernardo – que era Ministro do Planejamento do Governo Lula –, que nos recebeu muito bem, nos encaminhou ao Ministro Haddad – que hoje é Ministro da Fazenda, era Ministro da Educação. Então, foi federalizado. Como o Instituto Federal foi criado no final de dezembro de 2008, em 2009 não tinha orçamento, Requião, e aí que o Requião, Governador, acolheu o pleito, comprou por R\$ 14,6 milhões aquela instituição e doou ao Instituto Federal. Na época, tinha 1 mil e 200 alunos. Estavam diminuindo os estudantes porque eram pagos os cursos. Hoje já tem 2 mil e 300, todo ano aumenta o número de estudantes e aumenta também o número de cursos e aumenta também o número

de pesquisas. Já tem 120 pesquisas em andamento feitas pelo Instituto Federal de Palmas e já tem, também, cursos de pós-graduação, especialização e de mestrado. Então, é algo importantíssimo, ele favorece o desenvolvimento econômico e social de uma região, faz com que o Paraná se desenvolva cada vez mais. E eu, com satisfação, acolhi a demanda do Instituto e propus a homenagem. Quero aqui, mais uma vez, reforçar o convite a todos os Deputados e Deputadas para estarem conosco amanhã, às 18 horas, lá em Palmas, no Instituto Federal, para comemorarmos os 15 anos desse importante Instituto Federal. Dessa instituição de ensino que é um exemplo na qualidade da educação pública do nosso Estado, do nosso País. Quero também, Sr. Presidente, saudar a presença da Professora Walkiria e também do Professor Celso – dirigentes da APP-Sindicato –, que comparecem aqui mais uma vez. Em nome dos professores e professoras, funcionários e funcionários de escola, mas também em nome do Fórum dos Servidores do Estado do Paraná, vêm aqui trazendo mais uma vez reivindicações dos servidores, lembrando da data base, que é 1.º de maio, que precisamos receber aqui na Assembleia uma proposta do Governador para corrigir o salário dos servidores, repondo no mínimo a inflação do período, que é o período que vai de 1.º de maio do ano passado e chega a 30 de abril deste ano. E 30 de abril já será na próxima semana. Então, é muito importante que recebamos esse Projeto e votemos, aqui, para que, no final de maio – no pagamento de maio –, os servidores da ativa, os servidores aposentados, os servidores civis, os militares recebam a reposição da inflação para manter o poder de compra dos salários. Também a Walkiria e o Celso estão aqui solicitando, evidentemente, o pagamento do piso aos professores e professoras e também a reformulação da carreira dos funcionários de escolas: agente educacional I e II. Professores e funcionários de escolas da rede estadual de ensino recebem os menores salários, comparados com os demais servidores do Estado, com mesma carga horária de trabalho semanal e mesma formação exigida para ingresso na carreira. Então, é muito importante que o Governador encaminhe, para cá também, a correção do piso, porque não foi corrigido no ano passado e não foi corrigido este ano. No acumulado, passa de 11%, que deve ser efetivado para todos os professores da

ativa e aposentados, estatutários e contratos temporários PSS. A informação da carreira dos funcionários também, fazendo justiça aos funcionários – agente educacional I e II. Então, Walkiria e Celso, mais uma vez parabéns ao trabalho que vocês fazem como dirigentes da APP-Sindicato, que é um trabalho importantíssimo na defesa da educação pública de qualidade no Estado do Paraná. Para finalizar, quero aqui mais uma vez fazer o convite também a todos os Deputados e Deputadas e à população do nosso Estado, para acompanharmos o Presidente Lula em visita ao Paraná no dia 30 de abril. Estará visitando o Município de Ortigueira e também Faxinal, porque a Fazenda Brasileira fica uma parte no Município de Faxinal e a outra parte no Município de Ortigueira. Ali está, nesta fazenda, o Acampamento Maila Sabrina, que, a partir de 30 de abril, da visita do Presidente, vai se tornar Assentamento Maila Sabrina, com 450 famílias. É um acampamento que já é um modelo de agricultura familiar, de produção orgânica, de alimentos saudáveis, que gera emprego no campo, gera renda no campo e contribui para o desenvolvimento tanto de Ortigueira quanto de Faxinal, contribui para o desenvolvimento do Estado do Paraná. O Presidente Lula vem para fazer esse anúncio. Ali serão R\$ 350 milhões de investimento do Governo Federal gerando, então, vida. E vida em abundância. Já tomei conhecimento de que já separaram lá, Dr. Antenor, 23 bois e cinco búfalos para o almoço comunitário. Então, terão lá mais de 5 mil quilogramas de carne, para ser servida de modo comunitário. A população está convidada para comparecer. O Presidente Lula, além de anunciar esse novo assentamento, fará outros anúncios também para a agricultura familiar, para a reforma agrária e para outras políticas públicas importantes para o Paraná e para o Brasil. Então, sejam... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.EX.^a concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Concluindo, Sr. Presidente. Sejam todos e todas bem-vindos e bem-vindas ao assentamento novo, Maila Sabrina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pelo Horário das Lideranças, primeiro orador inscrito: Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, senhores pares, todos que nos acompanham e nos prestigiam com suas presenças, uma honra muito grande fazer uso deste expediente, para fazer memória aos bons acontecimentos, que o nosso Estado tem atravessado. Não me canso de enaltecer o crescimento do Produto Interno Bruto do Estado do Paraná, de maneira extraordinária, de maneira exuberante. Se fizermos uma memória de 2018 e chegarmos em 2025, com uma perspectiva a 2026, é possível, caro Antenor, que o Paraná tenha dobrado o seu Produto Interno Bruto, o que é importante para o Paraná e o que é importante para o Brasil. Mas quero fazer menção a nossa Federação da Indústria do Estado do Paraná, pelo acontecimento, Sr. Presidente, tido no último dia 15, que trouxe para cá o Caderno da Agenda Legislativa, extraído pela Federação da Indústria do Estado do Paraná – Fiep. A federação que, de maneira prudente... Ela que se faz representar através dos representantes que acabam acompanhando o protocolo desta Casa de Leis, dos projetos que por aqui tramitam. O relatório nos diz que por aqui, Sr.^s Deputados, no ano de 2024 passaram 852 propostas na forma, caro Deputado Marcelo Rangel, de projetos de leis. Desses 852, 358 estão relacionados à questão da indústria. A Fiep do Paraná, a quarta Fiep do Brasil – primeiro a de São Paulo; segundo, do Rio de Janeiro; terceiro, Minas Gerais; quarto, Estado do Paraná – dos 358 projetos, Sr.^s Deputados nascidos nesta Casa de Leis de interesse, caro Presidente, da indústria do Estado do Paraná – tenho aqui o relatório em mãos –, 23 projetos foram elencados como prioritários. Desses 23, Sr.^s Deputados, 13 projetos – apenas 13 projetos de autoria de alguns Deputados dessa Casa de Leis –, apenas 13 foram considerados, Sr. Presidente, 100% convergentes. O que quer dizer isto? Que todos os 75 votos, formados por 53 vice-presidentes, formados por 14 coordenadores temáticos, formados por oito coordenadores setoriais, fechando 75 votos... 13 dos nossos projetos, Sr.^s Deputados, tiveram 100% da convergência, da aprovação da Federação da Indústria do Estado do Paraná. O que quero recomendar ao Presidente da CCJ, primeira grande análise desta Casa, a observação para que possam esses

projetos, dentro do possível, serem pautados para que, o mais breve possível, tendo constitucionalidade, tendo a aprovação pelas comissões temáticas, possam ser transformados em leis.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Permite um aparte, Deputado?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Claro.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Primeiro, Deputado Luís Corti, quero dizer que o seu pronunciamento é de extrema importância nesta manhã na Assembleia, parabenizá-lo pelo seu trabalho como um Deputado representante do setor produtivo do Estado do Paraná, aguerrido, com projetos bem importantes, e que auxiliam muito o Governo do Estado a ter esse desempenho que é um modelo para o Brasil. Deputado Luís, o Paraná tem o maior desempenho econômico do País, segundo os dados, o Estado que teve o melhor resultado financeiro em 2024, com rendimentos superiores aos juros da dívida pública. O Paraná registrou o maior crescimento da atividade econômica entre os estados do Sul e do Sudeste também no ano de 2024. Teve o maior crescimento da atividade econômica, a quarta maior economia do Brasil, o maior crescimento do PIB, liderança em agroindustrialização, investimentos privados batendo recorde – e tudo passa por esta Casa. O Governador Ratinho Junior tem uma base sólida, tem uma Assembleia que trabalha com muita responsabilidade para aprovar projetos importantes para o setor produtivo, e hoje nos transformamos em um modelo para o Brasil. O senhor subir à tribuna para falar a respeito de novos projetos e também do desempenho que o Estado do Paraná obteve ao longo desses últimos anos neste mandato do nosso atual Governo demonstra a sua liderança como um Deputado realmente preocupado com o crescimento do nosso setor econômico do Estado do Paraná. Parabéns, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Muito obrigado, Deputado Marcelo, me associo com igual teor às suas palavras, quando hoje temos um PIB de R\$ 720 bilhões e, se fizermos uma memória, em 2018 o nosso PIB era de R\$ 440 bilhões. É possível, Hussein Bakri, que entre este ano, caro Marcelo, e o ano que vem

possamos colocar 100% de crescimento de um Estado em oito anos, um crescimento maior do que a China, um crescimento maior do que a Índia. Mas quero voltar, Sr. Presidente, a usar deste expediente para falar de um dos projetos que mais me emociona nesta Casa de Leis, que é a defesa do leite, que um dos projetos homenageados pela Fiep vai pôr o Estado do Paraná, e depois seguramente o Brasil, em condições de competitividade internacional. A cadeia do leite é uma cadeia próspera, trouxe o desenvolvimento para o Brasil, para o Paraná. Eu especificamente, que venho do Sudoeste do Estado do Paraná, a maior bacia leiteira do Estado do Paraná, tem uma mudança brusca... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): ... a usar, Maria Victoria, este expediente para falar de um projeto que tanto me emociona, que é aquele que vai findar de uma vez por todas a possibilidade da reidratação do leite no Estado do Paraná. Volto a falar desse assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão do tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri. Esta Presidência agradece a presença dos Vereadores de General Carneiro, Chico e Everton Daniel, por solicitação do Deputado Hussein Bakri; dos Vereadores de Ubiratã, Sr.^s Rogério da Farmácia e Silvio da Campestre, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco; do Vereador de Paranavaí, Sr. Mancha, por solicitação do Deputado Leônidas; e dos Vereadores de Ubiratã, Sr.^s Chula e Heitor, por solicitação do Deputado Denian Couto. Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o Deputado Romanelli está aqui me orientando... Eu fui seu Vice-Líder, não precisa, senta lá, na boa. Deputado Curi, Presidente, colegas, vocês já ouviram falar do caso da Escola Base em São Paulo, alguém ouviu falar ou não? Escola Base, ouviu? Esse é o maior caso de injustiça de fazer um juízo antes que um processo tivesse

terminado. Massacraram os donos da Escola Base – massacraram –, o casal foi acusado de estupro de crianças. Vocês imaginem o quanto que isso é grave. E segundo o relato de alguns jornalistas, de alguns pseudopolíticos que tem a razão em tudo, comprovadamente estupraram crianças. Obviamente que acabou com a vida deles e, ao final de todo o processo, ao final de tudo, comprovou-se que era uma farsa, que nada disso aconteceu, que foi uma grande uma mentira, aí a vida deles já estava acabada. E a partir do dia que eu tive ciência desse fato, eu mesmo, como ser humano, passei a cuidar melhor dos valores que eu faço das coisas que me trazem. Eu quero me reportar aqui ao discurso do Deputado Renato Freitas, que eu o respeito muito como Oposição – e ele tem uma bandeira, e eu respeito quem tem bandeira –, e quero dizer que a Polícia do Paraná é uma Polícia séria, uma Polícia competente, uma Polícia que faz o seu trabalho com dedicação, com empenho e com amor ao Paraná. Só que ela não é diferente de qualquer polícia em qualquer parte do Brasil, no seu seio tem pessoas que não mereciam estar lá, e essas pessoas serão abolidas da polícia. É óbvio que tem que existir – e me admira muito que algumas pessoas não saibam disso – o devido processo legal, ou você pode condenar alguém no início de um processo? Mas tem que ser objeto de investigação, comprovar, e aí sim tomar as medidas necessárias. E quero dizer a V.Ex.^a que isso não acontece só com a Polícia do Paraná, acontece com a Polícia Federal; acontece, e não importa se é neste ou no outro Governo. Quando mataram o Genivaldo, quantos policiais rodoviários mataram sufocado o Genivaldo? Não era policial estadual, era policial federal. Quando saiu uma manchete aqui: “*Cobrança de propina nas estradas envolve um a cada sete dos patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal*”. Vocês acham que eu vou medir os nossos bravos policiais rodoviários, que dão as suas vidas nas estradas, enfrentando o crime, eu vou medi-los por uma notícia dessa, sem o devido processo legal? Então, é isso que eu queria que vocês também fizessem. O nosso Secretário de Segurança Pública – aliás, que vai vir aqui na Comissão de Segurança – vai responder tudo o que for necessário, vai aqui, e quem quiser participar da Comissão de Segurança pode participar, o senhor pode participar, o senhor pode participar. Pode, vai poder participar, é uma reunião com os

Deputados, não é diferente, a reunião vai ser com os colegas. É óbvio, tem que ter o convite de uma Comissão, e aos Deputados que quiserem participar... Quem quiser participar vai poder participar, esse é o objetivo. E quero dizer mais, que nós já estamos tabelando essa vinda dele para cá e nada vai ficar sem resposta. Eu só quero frisar o seguinte para vocês: que todas as questões que forem trazidas aqui nós vamos dar resposta. Esse episódio, ou esses episódios que foram citados aqui, não sei se alguém pode cravar com certeza quem que é o culpado. Eu vou dar um exemplo de quando fui Prefeito de União da Vitória, Deputada Márcia Huçulak: certa feita a cidade precisava de investimentos para a geração de emprego e renda, tínhamos uma lei municipal, a Câmara aprovou a doação de um terreno, e eu fui condenado em União da Vitória, sofri nove anos com esse processo, fui chamado daquilo que vocês podem imaginar, e fui...acabei de ser absolvido agora. Gastei o que eu não podia com advogados, passei nove anos sofrendo, várias e várias noites sem dormir, mas fui absolvido, por que eu fiz o quê? Doei um terreno como Prefeito para geração de emprego e renda na minha cidade. Então, são essas coisas que têm que ter uma avaliação mais completa. Acertos e erros, quem governa tem. O nosso Governo tem. O Governo Federal tem. O que importa é que os possíveis erros sejam apurados, e isso o nosso Governo não mede esforços para que sejam tomadas todas as medidas para que qualquer desvio de conduta seja punido. Então, quero só agradecer a todos vocês, fortalecer aqui o meu agradecimento que amanhã vamos estar em Brasília, mais uma vez a bancada comandada pelo Líder Arilson, e estou sonhando, Deputado Arilson, que voltemos de amanhã com uma boa notícia, a notícia que o Sul espera.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O tema de hoje exige atenção desta Casa. Envolve uma licitação bilionária, com impacto direto sobre o atendimento ao cidadão paranaense. Como Líder da Oposição, é meu dever trazer aqui ao Plenário, de forma responsável, com base em informações públicas e decisões,

apontamentos técnicos de órgãos de controle. E assim o fiz. Esta matéria aqui é de 17 de fevereiro de 2025, onde coloca que o “*Líder da Oposição traz aqui denúncias sobre direcionamento de licitação e descumprimento de decisão judicial no Estado do Paraná*”. Pois bem, só para recapitular. No outubro de 2024, uma decisão do TJ-PR pediu a suspensão da licitação do tão falado e comentado Poupatempo. O Governo do Estado veio fazendo isso, ignorando a decisão. Corrigiu alguns pontos, mas não corrigiu os vícios principais que levam à interrupção da tão falada licitação do Poupatempo. Uma licitação que é “copia e cola” do Governo de São Paulo, o Poupatempo. A proposta, sem dúvida nenhuma, pode trazer benefícios, não discordo disso! Mas a forma não transparente, a fórmula célere que esse processo está acontecendo causa espanto. Além disso, ontem, no dia 21/4, avançou-se uma etapa, dois envelopes abertos, e o que havíamos denunciado aqui no dia 17 de fevereiro está contido no envelope: o Shopping Cidadão – guardem esse nome aqui dentro – vai ser o vencedor da licitação do Poupatempo no Paraná, como já anunciado em fevereiro. Um jogo que exige características onde um único jogador pode cumprir! O edital tem quatro ou cinco pontos que o Tribunal de Contas apontou que só tem uma empresa, que faz um direcionamento claro. Mas o Governo do Estado, além de ser acusado de sobrepreço de R\$ 209 milhões da licitação, não voltou atrás. Não sei qual é a dificuldade em trazer um tema tão importante e ser debatido e transparente, mas infelizmente não foi feito. E por que estamos aqui hoje? Mas por que você está aí de novo falando desse tema, depois de um mês e meio? Vim aqui mais uma vez, como Deputado e cidadão paranaense, falar que dessa forma vamos ter um processo não transparente, não participativo, onde outras empresas poderiam participar, inclusive paranaenses. Já que o Governo quer uma coisa desenhada para um determinado modelo, por que não fez esse desenho com paranaenses e construiu isso? Nós temos tecnologia suficiente para fazer isso no Paraná! E agora? O Tribunal de Contas coloca sobrepreço, o Tribunal de Justiça suspende porque está direcionado e o Governo peita tudo isso e não senta para fazer as avaliações que tinham que ser feitas? Está muito estranho isso! Além de ter uma denúncia no Tribunal de Contas por uma empresa paulista, se não me engano,

que traz que dois dos que vão participar formaram um consórcio no Ceará e vão ganhar no Paraná, e quando abre o envelope ontem, “pá, batata!”, aconteceu o que o Arilson falou aqui, o que a outra denúncia foi feita. Resta discutirmos isso melhor aqui.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Pode me dar um aparte, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Claro. Deixe-me só concluir, Deputado. Um minutinho. Temos que ser a favor, Deputado Hussein, da modernização, temos que ser a favor das inovações que melhorem a vida do povo, a tecnologia chegou para ficar e o Paraná está no caminho certo em criar instrumentos como o Poupatempo de São Paulo para melhorar a vida das pessoas. Agora as contradições que estão sendo colocadas pelo Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e outros atores fazendo denúncias aqui dentro temos que levar em conta! O nosso apelo, Deputado Hussein, não é falando que o Governo é corrupto. Não estou dizendo isso! O nosso apelo é que, diante de tantos apontamentos, tem que parar o processo e refazer. Somos a favor de que tenha esse mecanismo do Poupatempo, que é uma ideia boa e toda ideia boa eu subo aqui e voto a favor. Tudo o que vem do Governo e que venha bom tem meu voto favorável. Mas estou no papel aqui de fiscalizador, de questionador, porque é um tema muito sério, envolve um contrato por cinco anos, podendo ser prorrogado por mais cinco, e que atinge milhões de paranaenses que vão ficar dependentes de um sistema de uma empresa que, pelo jeito, pelo o que está sendo colocado, tem um edital caminhando. Esse é um tema sério. É muito difícil falar isso, mas se o Governo está tão acelerado nesse processo é que tem coisas suspeitas acontecendo. Hussein.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Deputado, muito obrigado, em primeiro lugar, por permitir o aparte. Acho que V.Ex.^a está no seu papel como Líder da Oposição. Só gostaria de pedir que V.Ex.^a me fornecesse, por gentileza, esse material que o senhor tem e vou ainda hoje buscar as informações e vou trazer para o senhor, porque o Governo é pautado pela mais absoluta seriedade, o nosso Governo

respeita os demais Poderes e, se eventualmente houve alguma incorreção ou algum outro tipo de fato, estou pronto para responder V.Ex.^a com toda tranquilidade. Só peço que me informe, que trarei as respostas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vou entregar estes papéis aqui na mão do senhor, assim que descer. Quero um minutinho do senhor, Deputado Hussein. Não estamos discutindo aqui o mérito do Projeto. O Projeto é meritório, é bom. Estamos discutindo que, dos levantamentos e apontamento feitos pelo TJ e pelo TCE, o Governo do Estado não os corrigiu, corrigiu dois pontos de cinco ou seis. E esses quatro que persistem são os que estão indicando esse processo de licitação direcionada. Mas não sou eu quem estou falando, é o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça. Vim aqui em fevereiro colocar este ponto e ontem, como o processo foi aberto e aconteceu tudo aquilo que eu disse aqui, estou vindo aqui hoje. Vamos pedir para interromper, vamos pedir para paralisar o processo, para podermos fazer. Sou favorável a fazer o Poupatempo, vou ajudar no que for possível, acho que é uma inovação danada, porque as pessoas perdem muito tempo – aliás, o nome Poupatempo em São Paulo é porque as pessoas perdem muito tempo para se ter documentos por causa das filas e aqui a temos uma sincronia entre a Agência do Trabalhador, o Detran e outros órgãos mais, em um lugar só, nas vinte maiores cidades. Mas, estamos falando um negócio imenso, que vai atender as vinte maiores populações do Paraná, que representa quanto isso? Sessenta por cento da população em um todo! No Paraná temos 250 cidades praticamente com menos de 10 mil habitantes, as outras 20 maiores representam 60% de toda a população. Aqui na Região Metropolitana de Curitiba temos 40% da população, quase – 35% para ser exato. Então, vamos ter um instrumento que fala com todo o Paraná ao mesmo tempo e, se não tivermos precaução e cuidado com isso, no lugar de melhorar, podemos ter pioras. Vimos o exemplo da Celepar com empresas que vêm e acessam dados. Não é essa a denúncia que estou fazendo aqui. Então, quero jogar junto, Deputado Hussein, para apontar o que acho que tem que melhorar e ser corrigido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (48 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Ademar Traiano (PSD), Ana Júlia (PT), Luciana Rafagnin (PT), Mabel Canto (PSDB), Paulo Gomes da TV (PP), Soldado Adriano José (PP) (6 Parlamentares).]

Projeto regularmente protocolado pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 249/2025**, dos Deputados Goura e Hussein Bakri, que declara o prato típico “carneiro no buraco” como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná.

Antes da Ordem do Dia, gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que foi constituída a Comissão Especial prevista no Requerimento n.º 578/2025, com a finalidade de realizar estudos sobre empreendedorismo e inovação, para posterior elaboração do Código do Empreendedor do Paraná. De acordo com as indicações dos Líderes, a Comissão será composta: Deputado Marcelo Rangel como deputado titular e Deputado Adão Litro como suplente; Deputado Denian Couto como titular e Deputado Moacyr Fadel como suplente; Deputado Goura como titular e Deputado Arilson Chiorato como suplente; Deputado Luiz Fernando Guerra como titular e Deputado Nelson Justus como suplente; Deputada Marli Paulino como titular e Deputado Anibelli Neto como suplente; Deputado Jairo Tamura como titular e Deputado Gilberto Ribeiro como suplente; Deputado Fabio Oliveira como titular e Doutor Leônidas como suplente; e Deputado Soldado Adriano como titular e Deputado Matheus Vermelho como suplente. Comunico aos Deputados que, após a Sessão, teremos a primeira reunião sobre o Código do Empreendedorismo.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos duas Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 451/2023, de autoria da Deputada Mabel Canto e do Deputado Ney Leprevost, que institui o “Novembrinho Azul”, a ser realizado anualmente em novembro, para promover campanha de conscientização e ações de proteção da saúde de meninos de até 15 anos de idade.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 80/2025, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Moradores, Amigos dos Idosos, Esportivos, Cultural dos Bairros, Laranjeiras, Karla, Petrópolis, Estrela, Paraná, Belvedere I e II e Porto Seguro, com sede no município de Foz do Iguaçu.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 3 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 125/2023, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra e Deputado Requião Filho, que insere os §§ 1.º e 2.º no art. 8.º da Lei n.º 14.855, de 19 de outubro de 2005, que dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional a serem seguidos pelas lanchonetes e similares instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Educação. Emenda de Plenário n.º 1 com parecer favorável da CCJ na forma de Subemenda Substitutiva Geral. **Retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 4 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 105/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei n.º 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do título de utilidade pública a entidades no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes? Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência comunica a presença dos Vereadores de Wenceslau Braz, Aline Fernanda, Jorge Sabater, Josemar Furini e Valdecy de Oliveira; do Vereador de Jaguariaíva, Sr. Samirzinho; e do Vereador de Santa Mariana, Sr. Tonhé; por solicitação do Deputado Adão Litro. E dos Vereadores do Município de Ampére, Sr.^s Ademir Oliveira, Alex Cesca e Jonas, por solicitação do Deputado Professor Lemos e do Deputado Wilmar Reichembach.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Arilson**

Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cobra Repórter, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhrer (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 105/2025.**

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 112/2025, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Ofício n.º 326/2025, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Cerro Azul. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro*

Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cobra Repórter, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Paulo Gomes, Requião Filho e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 112/2025.

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 225/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 25/2025, em Regime de Urgência, que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia, Batatinha, Cobra Repórter, Goura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos*

favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 225/2025.

ITEM 7 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 66/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco e do Deputado Anibelli Neto, que institui o Abril Verde e Amarelo, mês dedicado a ações de conscientização sobre a importância e a legitimidade da defesa da propriedade privada. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Marcio Pacheco. Com a palavra o Deputado Marcio Pacheco. Peço som ao orador na tribuna. Deputado Marcio, está com problema, V.Ex.^a pode falar...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Já temos aqui, Presidente. Obrigado. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o que me traz a tribuna é a importância que eu entendo ter este Projeto que vamos deliberar neste momento, onde entendo que será uma posição desta Casa de Leis, será uma posição do Estado do Paraná. A oportunidade que estamos criando de o Estado do Paraná poder dizer, de maneira clara, sem nenhuma dúvida, que aqui no Estado do Paraná somos contra todo e qualquer tipo de invasão de terra, seja por parte do Movimento dos Sem Terra, seja por parte das invasões indígenas, que estão acontecendo de maneira especial na região Oeste do Paraná, nas cidades de Guaíra, Terra Roxa e Palotina, que estão sofrendo com essas ameaças. O Estado de Santa Catarina foi o primeiro estado a dar um basta nesse *Abril Vermelho* que foi estabelecido pelo MST, quando estabeleceu lá em Santa Catarina o *Abril Amarelo*. Se eles têm um mês que eles trabalham com mais intensidade para invadir terras alheias, então estamos criando aqui no Estado do Paraná o *Abril Verde e Amarelo* para dizer que, neste mês, de maneira especial, somos contra esse tipo de crime que acontece toda vez que acontece uma invasão de terra. Eu assinei inicialmente o Projeto, quero fazer alguns agradecimentos, na sequência

os Deputados Tito Barichello, a minha Presidente, a Deputada Maria Victoria, o Deputado Anibelli Neto, e ontem o Deputado Jairo Tamura também solicitaram a assinatura e são coautores comigo deste Projeto. Vejam, senhores: tivemos na CCJ o parecer favorável – que eu quero agradecer ao Deputado Guerra – e tivemos, sem surpresa, um voto contrário, da Deputada Ana Júlia do PT, que foi acompanhada pelo Deputado Renato Freitas, também contrário ao Projeto. Depois, fomos para Comissão de Agricultura e tivemos, naturalmente, a Deputada Luciana Rafagnin do PT também com voto contrário ao Projeto, mas o restante dos Deputados, os demais Deputados, todos votaram favoráveis, porque entendem que terra não é para ser tomada na força, terra não é para ser invadida. Terra quem quer tem que conquistar. *Ah, mas existem terras improdutivas.* Pois então que se faça o devido processo legal, que se faça a devida desapropriação e se faça a reforma agrária, que os Deputados não são contra a reforma agrária, são contra as invasões. *Ah, mas existem exemplos de lugares que são exemplos no Estado do Paraná que deram certo.* Pode dar certo hoje, mas não foi o formato certo que foi feito no momento em que houve as invasões. Invasão não é o formato certo para conquistar terra. Quer fazer reivindicação, qual é a motivação da invasão que a esquerda usa como ocupação? Não existe ocupação, existe invasão, o que não é teu você está invadindo. Não tem negócio de ocupar. Então, se eu quero alguma coisa e não tenho condições de comprar, então vou pegar na marra, vou invadir, porque é uma maneira de reivindicar? Está errado. O que é errado não pode... o errado querer estar certo. Então, somos contra as invasões de terras no Estado do Paraná. Tenho certeza que esta Casa de Leis dará uma votação maciça nesta manhã, mostrando que aqui, no Estado do Paraná, invasor de terra não tem vez. Tenho certeza que o Governador Ratinho Junior vai sancionar e vai se tornar lei no Estado do Paraná. É uma lei que não é para criar animosidade, mas é para levar sim conscientização do que é certo, do que é errado e da maneira que os produtores e proprietários de terra devem fazer para se organizar, para evitar qualquer tipo de invasão. Então, Deputada Cloara, V.Ex.^a que tem um alinhamento com o que nós pensamos em termos de respeitar a lei, não somos contra quem precisa, mas que precisa tem formato para reivindicar. A

reivindicação é algo legítimo que existe na Constituição, mas não pode ser por meio de invasão. Invasão é crime, como diz a Constituição, como diz o Código Penal, esbulho possessório. Então, quem invade tem que ser preso. Nada justifica uma invasão. Não é invadindo que se reivindica. Aí gera tensão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): ... gera tensão, gera confronto, gera ameaça e não queremos isso. Por isso, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero pedir o voto favorável a este Projeto, agradecer a todas as Comissões que tramitaram com celeridade para hoje, no dia 23 de abril, dentro do mês de abril, aprovarmos esse Projeto que estabelece que no Estado do Paraná somos contra invasão de terra, seja de indígenas, seja do MST. Obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar contrário, Deputado Arilson; posteriormente, Deputado Denian.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Também para encaminhar, posteriormente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Tito posteriormente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, um Projeto de Lei, com todo respeito, desnecessário, que só acirra conflito, que só faz ter uma polarização de uma coisa que, realmente, não existe. É uma vergonha para esta Casa ter um Projeto aqui. Deputado Marcio, por não conhecer a reforma agrária, por não saber

a vida do agricultor familiar, joga todo mundo em uma vala comum de um senso midiático que está exposto aí hoje. Presidente, pode pedir silêncio? Estou falando, estão bagunçando aqui...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço respeito ao orador, silêncio ao Plenário.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Corrige meu tempo lá. Então assim, Presidente, um Projeto de Lei que acirra os ânimos. Quando se coloca lá “institui o mês Abril Verde e Amarelo” legítimo e se polariza dizendo que “o MST tem o Mês Vermelho – Abril Vermelho”. O MST é um movimento social. Não tem lei aprovada aqui que tem mês Abril Vermelho no MST. Não é uma instituição como a Assembleia que aprovou lei, que disse isso aqui. Olha os pontos colocados lá. Olha a falta de conhecimento: “Campanha para comunicar as autoridades em caso de movimentação suspeita para invasão de propriedades, incentivar a vigilância comunitária”, vigilância comunitária rural aqui chamava “milícia rural”. E o Oeste pagou muitas vidas por conta disso aqui. O próprio Delegado Francischini, Deputada Flávia, quando foi delegado, desmanchou milícia rural aqui no Estado do Paraná que assassinavam pessoas que faziam parte de movimentos sociais. É isso que fazia. Isso aqui é um alerta para trazer tudo de volta de um passado que tirou a vida de pessoas, de crianças, de mulheres no campo. É incrível a gente, com tanta coisa para discutir, tantos projetos importantes e discutir um Projeto para dar *like*, curtida e evidência em rede social. Sinceramente, estou envergonhado, como muitas pessoas que estão aqui envergonhadas do episódio desse aqui hoje. “Treinar proprietários”, qual é o sentido de você treinar as pessoas em um projeto ideológico? É fazer conflito. É isso que está sendo feito aqui. Pode colocar o nomezinho perfumado, fantasiado lá, mas não é isso que está por trás deste Projeto. “Difundir informações da garantia da propriedade privada”, e aqui sem esclarecer sobre constitucionalização da propriedade privada, nem o motivo do latifúndio improdutivo. Outro ponto, “sugerir um canal de comunicação dos proprietários rurais com a polícia”, o Projeto, além de tudo, Presidente, é inconstitucional. Teve voto em separado na CCJ. Vamos tentar

derrubar ele aqui no Plenário. Se não der, vamos derrubar ele na justiça, como fizemos com outros projetos. Mas estamos aqui hoje em um momento em que se pede paz; discursa sobre paz, desce e faz conflito. Discursa e fala de Deus, desce e vamos gerar conflito para sair morte. Discursa e fala da família e vem aqui perseguir família pobre. Porque um Projeto deste aqui criminaliza o povo pobre. Criminaliza quem não tem dinheiro, quem está abaixo da linha da pobreza, quem não está no orçamento do Estado do Paraná. É para esse povo que temos que olhar por primeiro e não fazer Projeto para criminalizar eles. Alguém aqui conhece, de perto, a vida dessas pessoas? Já foi lá? Já viu que tem gente que mora de barraco, de palafita, mãe com criança pequena, que come o que tem na propriedade e está lá sobrevivendo de sustento? Vocês acham que é opção de vida? Isso é o necessário para um povo, reforma agrária. Tem terra improdutiva no Paraná, no Mato Grosso, na Bahia, em vários lugares. Temos que falar, quando falar de propriedade privada, de propriedade privada sem função social, que não serve para dar subsistência para as pessoas. Falta isso neste Projeto. Coloca ali, propriedade privada que não tem função social, é dessa que estamos falando que movimento social faz. Agora isto aqui é Projeto para fazer discurso político. Para ir lá e falar assim: *"estou do lado de vocês aqui defendendo, fiz um Projeto para não invadir propriedade"*. Ninguém invade propriedade que funciona, é só as que não funcionam. Aqui, infelizmente, Presidente, se isso passar, vai manchar a imagem desta Casa. Não tem cabimento fazer um Projeto nesse sentido e ainda botar as cores da bandeira no Projeto. Lamento muito. A Oposição vai votar *"não"*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^s Deputado, Sr.^{as} Deputadas. Sou muito cético quando estamos diante de projetos que marcam semana disso, dia daquilo, mês daquilo. Eu, particularmente, sempre penso que esses projetos, embora tenham sua importância, têm pouco efeito prático. Não é o caso do Projeto do Deputado Marcio Pacheco, a quem quero cumprimentar com entusiasmo. Parabéns, Deputado. O Paraná precisa marcar posição. Aqui Abril

Vermelho, não. Defender o MST, como faz o PT, nenhuma surpresa. O MST se veste de movimento social, mas não passa de um braço organizado do Partido dos Trabalhadores. Se o PT é contra o Projeto, evidentemente que a matéria é boa. Mas é certo que sim. O Paraná está a um passo de aprovar uma lei que diverge daquele discurso que todos sabemos, abril é o mês da baderna. Abril é o mês que eles ocupam, invadem, quebram, depredam. Mas no Paraná não. Nós vamos resistir e resistir no discurso, sim, Deputado Arilson. Não adianta erguer o tom de voz e dizer que está na defesa das famílias mais pobres. Isso é conversa mole. O povo do Paraná conhece o MST. O povo do Paraná conhece o que está acontecendo em Guaíra, em toda região. Basta! O Bloco Podemos-PSDB-Cidadania encaminham o voto favorável ao Projeto. E cumprimento aqui a iniciativa do Deputado Marcio Pacheco. Parabéns, Deputado. Ótimo Projeto que terá o meu voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Renato Freitas. Deputado Tito, é a ordem - um Deputado a favor, outro contra.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Em memória do Papa Francisco, que em seus últimos dias categoricamente afirmou: "*nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos*". Quero defender aqui, junto com o Papa Francisco, a quem devo os ensinamentos, o direito de propriedade. Eu tenho esse direito. Os Deputados e Deputadas desta Mesa têm esse direito. Os Deputados que estão aqui, hoje, na Assembleia Legislativa do Paraná têm esse direito de propriedade. A população paranaense tem o direito de propriedade. Todo ser humano, como diziam os liberais – John Locke, Rousseau, Hobbes, os contratualistas –, todos têm direito à propriedade. Mas quando a propriedade é exclusiva, exclui os indivíduos, então ela é um roubo. O mundo que Deus criou não foi criado com cerca, quem cercou se aproveitou, errou. E errar é próprio dos seres humanos fracos, falhos. Sobretudo estes que se arvoram em falso poder, falsa autoridade. Esses que hoje, com todo respeito, Deputado Marcio Pacheco, mas que hoje estão no PPL, amanhã no PDT, depois de amanhã no

Republicanos, hoje no Progressistas, e amanhã em outro. Mudam de partido e ideologia como quem muda de cueca a cada, com o perdão da palavra, “cagada”. Eu diria que o senhor foi pedir votos no acampamento do MST, em Cascavel. Foi. Foi como Vereador, acompanhado de lideranças do Partido dos Trabalhadores, enquanto PPL. Depois dos votos devidamente coletados, a população devidamente enganada, o senhor se torna um inimigo do povo. O povo tem direito à propriedade. Ao invés de o senhor estabelecer uma semana que garanta a propriedade privada para os flagelados, para os que moram de aluguel, para os imigrantes, para as viúvas, os órfãos, os estrangeiros, os empobrecidos o senhor faz uma campanha para blindar os latifundiários, os coronéis, que no nosso país roubaram as terras trucidando os indígenas, como temos aqui no Paraná o exemplo dos xetás e de tantas outras etnias. Roubaram as terras e fizeram a lei em 1850 para proibir a população negra de ter um lugar para ver seus filhos crescerem, seus pais descansarem, para plantar, para colher, para viver. Nunca o senhor defendeu a propriedade para o povo, mas para os coronéis que pagam a sua campanha eleitoral como quem paga a banda e escolhe a música, quem dança é o povo e o que nós ouvimos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para concluir, Deputado Renato.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): ... e o que nós ouvimos aqui é pura tragédia, é desgosto, é lamentável. Nenhum capitalista, no berço da ideologia capitalista que é a Europa dos liberais, defendeu a propriedade para alguns. Pelo contrário, Locke dizia que a propriedade era um direito fundamental e, como tal, tinha que ser universalizada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Desculpe, Deputado Tito. Só fazendo aqui uma correção na fala do Deputado Renato Freitas. Deus, quando criou o homem, colocou ele no Paraíso, no Jardim e, quando excluiu, tirou ele do Jardim por causa de um erro...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Amaro, não cabe *pela ordem*, vamos ao orador. Com a palavra, o Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): É porque falaram da Bíblia, e só estou dando uma explicação correta. Obrigado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Correta? O senhor é dono de Deus ou da verdade?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): A palavra ao Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Parabéns, Deputado Alexandre Amaro, por corrigir e trazer a realidade bíblica. Parabenizo-o aqui, publicamente. Abril Verde e Amarelo, em contrapartida ao Abril Vermelho. A grande questão é ideológica, o que nós queremos para o Paraná, o que nós desejamos aqui no Estado do Paraná? Você que me escuta neste momento, o que você quer? Você quer o MST em suas terras? Um grupo de criminosos, de bandidos que invadem propriedades ou você quer a lei e a ordem? A Venezuela, por exemplo, Sr. Renato Freitas, está recebendo agora o MST – Movimento Sem Terra. Nicolás Maduro, que é um bandido, que é um ditador, que usurpou o poder, que enganou a população no último pleito eleitoral, está levando o MST para lá. Por quê? Por que ele quer dividir terras? Não! Porque ele quer o controle ideológico sobre a população da Venezuela, é só por isso. Não é bonzinho, não quer a produtividade agrícola. Não, é mentira! Temos que parar de hipocrisia aqui no Estado do

Paraná. Temos que compreender o que é certo e o que é errado e o que a população quer. Não quero MST na minha casa, não quero o MST invadindo propriedades. É um grupo de criminosos, de bandidos que desrespeitam a lei, descumprem o Código Penal. Estão lá no Código Penal os crimes pela invasão de propriedade. Agora esse grupo de bandidos invade propriedade e não tem consequência? Já, em 8 de janeiro, temos o quê? Pessoas que vão protestar e estão presas, estão na cadeia. O Brasil e o Paraná, Deputado Marcio Pacheco, têm que escolher o que quer, é uma questão muito simples. E já escolheu no pleito eleitoral porque colocou um Governador de direita, colocou uma bancada que é mais de direita que esquerda. Então, o povo do Paraná será bem representado com este Projeto de Lei. AbrilVerde e Amarelo é aquilo que nós desejamos, é aquilo que nós queremos. E mais: lugar de bandido é na cadeia independente da cor – verde, amarelo ou vermelha. No caso do MST, é bandeira vermelha. Aliás, com a estrela do PT.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Professor Lemos. Deputado Antenor, V.Ex.^a não está inscrito.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas e todos e todas que acompanham a Sessão, este Projeto de autoria do Deputado Marcio Pacheco é inconstitucional. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, no Pleno, tornou inconstitucional uma lei semelhante a esta aprovada no Mato Grosso. Portanto, ela não poderia ter passado nem pela CCJ, mas passou, chegou no Plenário. Neste momento, estamos votando a constitucionalidade do Projeto, não é nem o mérito ainda. Então é inconstitucional. Se passar aqui, não tenho a menor dúvida, ingressaremos no Tribunal de Justiça buscando a anulação, como fizemos anulando a lei também de autoria do Deputado Marcio Pacheco, acompanhada de vários outros Deputados, quando propunha aqui *homeschooling*, que era o direito do pai ou responsável não matricular as crianças em escolas, sejam escolas públicas, privadas ou escolas confessionais, tirando o direito da criança de ser socializada a partir da escola. Permitindo, inclusive, abusos sem proteger aquelas crianças que são abusadas nas famílias, o único

lugar que conseguem apoio e socorro é na escola, quando o professor, ou professora percebe, denuncia e salva a criança, por exemplo, de abuso sexual, como muitas crianças já foram salvas no nosso Estado do Paraná, via escolas. Então, aquele projeto, também maléfico, subi à tribuna para dizer que não podíamos aprovar. Foi aprovado, fui à Justiça junto com a APP-Sindicato e fui rechaçado, está reprovado. Como aquela lei também orientada por V.Ex.^a, para vereadores de Cascavel aprovarem também uma lei do *homeschooling*. Fui ao tribunal aqui e ela foi anulada e esta não terá apoio também dos tribunais, nem do Tribunal de Justiça e nem do Tribunal Superior, o STJ, o STF. Não tem cabimento isto! Algumas pessoas falaram aqui do Abril Vermelho. Quem apelidou de Abril Vermelho a luta dos trabalhadores que lutam por reforma agrária no Brasil foram os adversários da reforma agrária. Então, portanto, este Projeto chamado pelo Deputado Marcio Pacheco de “Verde e Amarelo” vem lá daquele mesmo Projeto “Punhal Verde e Amarelo”, do golpe, em que queriam matar o Presidente Lula, o Vice-Presidente, matar o Presidente do Supremo Tribunal Federal; vem daí, é um combo. Essas ideias primitivas, ideias medievais, que achávamos, Deputado Arilson, que o Brasil tinha superado. É o retorno ao absurdo, ao obscurantismo, isto está errado. Então, portanto, votaremos contra este Projeto. Queremos a democratização da terra do Brasil. O Brasil é muito grande. O Paraná tem 19 milhões de alqueires de terra, tem mais de 2,5 milhões de alqueires do Paraná que são terras devolutas, que podem e devem ser entregues para a reforma agrária. Quem levantou esses dados foi a CPI do passado. Já fizeram várias CPIs aqui contra a reforma agrária, todas elas acabaram dizendo que têm criminosos, sim, no campo, mas não são aqueles que não têm terra, os sem-terra, não é o MST.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): São grandes proprietários que tomaram na mão grande, na grilagem, terras públicas, estão explorando e precisam devolvê-las ao Incra para fazer reforma agrária, conforme determina a

Constituição Brasileira e o Estatuto da Terra. Portanto, esse Projeto chamado “Verde e Amarelo”, “Abril Verde e Amarelo” não pode prosperar. O nosso voto é contra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Bom dia a todos os colegas. De uma maneira bem direta e rápida, em relação a este Projeto que vamos votar agora, primeiramente, quero dar os parabéns ao Deputado Marcio Pacheco por ter elaborado este Projeto, porque é um Projeto que, por mais que haja a discussão, que é saudável aqui nesta Casa, é um Projeto que visa a manter um direito que é constitucional de todos os brasileiros, independente do tipo de propriedade, mas que infelizmente não vem sido respeitado, paulatinamente, não só pelo Governo Federal. Então, infelizmente, é necessário que esta Casa vote a favor de um Projeto como este e é da forma como encaminho e justifico o porquê. Eu queria lembrar que, em 2018, houve uma invasão, por parte de mulheres do MST, onde foram destruídos 15 anos de estudos de biotecnologia. Eu queria lembrar também que, em outubro de 2023, na região de Guarapuava, de uma maneira pacífica, policiais foram conversar com lideranças do MST e foram feitos de reféns, por esse movimento que se diz um movimento social. Além de terem feito os policiais como reféns, tomaram as armas deles. Isso é atitude de bandido. Isso é atitude de quem está à margem da lei. Isso é atitude de marginais, que beiram atos terroristas. Então, se temos que avaliar de uma maneira jurídica o que está sendo feito nesta Casa, com ações que o MST tem feito corriqueiramente e há anos, temos que colocar os devidos is com os seus pingos. O Movimento Social Sem Terra do Brasil é um movimento formado por bandidos e, se tivéssemos uma lei mais dura aqui no Brasil, tenho certeza de que seriam considerados terroristas. Discordando de várias falas que foram feitas aqui, Professor Lemos, com a devida vênia, no próprio *site* do MST há o termo “Abril Vermelho”. Então, discordando, é um termo que o próprio MST tomou posse. Considerando o setor produtivo do Estado do Paraná, lembrando também que o *boom* econômico que vivemos aqui

no nosso País, de 2003 a 2010, no Governo Lula, foi baseado na *commodity* do agronegócio. Então, como não defender o agronegócio e como não defender esse Projeto de Lei? Ficam aqui os meus parabéns ao Deputado Marcio Pacheco, a quem vou votar favoravelmente de uma maneira orgulhosa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, caros colegas, antes de entrar no mérito, acho interessante que os ataques são ao MST. Não que eu defenda de olhos fechados tal movimento e não que não existam exageros de todas as partes. Mas me pergunto: este Projeto do Deputado Marcio Pacheco, como se coloca com a Araupel? Quando o rico invade a terra, como fica, então? Aquela empresa de açúcar lá no Norte Pioneiro, que deve milhões, milhões e milhões de reais em impostos sonegados para o Governo Brasileiro e o Governo do Paraná, como que ficam aqui os defensores deste Projeto? Vão reclamar também da usina de açúcar ou o pau e o cacete são só em cima do pobre, que quer cultivar a terra com suas mãos? Existe muito bandido no MST? Não tenho dúvidas, existe, mas a pessoa que escolhe a labuta no campo munido, armado, com uma enxada e um sonho não é bandido. A maioria das pessoas aqui que atacou o campo nunca pegou uma enxada; nunca acordou às quatro horas da manhã para plantar; nunca viu o seu sonho ser lavado por uma chuva e não ter o que comer na semana seguinte. Acho incrível que um Projeto como este tenha como alvoa família que trabalha a terra em um estado como o Paraná, que é um estado agrícola. Eu acho incrível que um Projeto e os seus defensores ataquem um movimento de pessoas que plantam o que nós comemos, mas se silenciem e protejam absurdamente os muito ricos quando eles invadem as terras da União. A Araupel perdeu mais 23 mil hectares de terra que eles invadiram, duvido que um dos defensores deste Projeto viesse aqui criticar a Araupel. A usina da família Atalla, que deve milhões e milhões de reais, que fazem falta na saúde, na segurança, na educação do povo do Paraná, duvido que um desses Deputados suba lá e venha criticá-los. Porque Porecatu, assim que a usina fechou, e toda a região Norte do Paraná, viu o desemprego

tomar conta da região, famílias com fome e o desespero. Mas a família Atalla vai muito bem, obrigado, e mora, se eu não me engano, nos Estados Unidos. Os trabalhadores da usina ficaram ao leu. E eu não vejo, não vejo a semana para defender esses trabalhadores. O Paraná tem inúmeros casos de terras ocupadas por grandes, grandes patrocinadores de campanha, e eles são deveras protegidos por esta Casa e por este Projeto. Então, o problema não é a propriedade privada, que estabelece, desde o Direito Romano, os rumos da nossa sociedade, o problema não é ser dono de um pedaço de terra, o problema não é cultivar um pedaço de terra e ter o seu direito a esse pedaço de terra, sua propriedade na cidade ou não. Não vou nem entrar aqui na função social da terra, mas eu vou entrar no fato de que este Projeto não é um projeto em defesa da propriedade privada, mas é um projeto de ataque a quem realmente trabalha a terra e planta comida. Seria, sem problema nenhum, e votaria sem problema nenhum, a favor da propriedade privada, até porque, como eu disse, é o que rege a nossa sociedade moderna desde antes de Cristo, mas demonizar quem trabalha a terra, demonizar quem planta para comer, é de uma canalhice absurda. Enquanto demonizamos o trabalhador rural, a agricultura familiar, demonizamos quem planta comida... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): ... esta Casa faz um projeto para defender os grileiros, faz um projeto para defender financiadores de campanha que ocupam terra, ficam ricos e têm a sua disposição bancas inteiras de advogados. O problema aqui não é a propriedade privada, mas é o discurso barato, ideológico, em busca de um ano eleitoral.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Missionário Ricardo Arruda. Esta Presidência anuncia a presença dos Vereadores Clebison Almeida, de Terra Roxa, e Valdomiro Bozó e Roberto de

Souza, da cidade de Toledo, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Com a palavra, Deputado Missionário Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Bom, o Projeto do Deputado Marcio Pacheco e demais Deputados é um projeto muito bom. Realmente nós temos que colocar a segurança para o homem do campo, eles não podem viver a insegurança. Tem famílias aí que estão há 30 anos trabalhando a terra, e de repente esse grupo de invasores invade a terra, agride o produtor, destrói plantação, mata o gado. Isso não pode acontecer. E dizer muito aqui, claramente, que nós, conservadores de direita somos a favor da reforma agrária, tanto é que o Presidente Bolsonaro foi o presidente que mais entregou títulos de terra, ele apaziguou o campo, não tinha mais invasão no Governo dele. O Governo aqui do delinquente, do ex-presidiário, ao contrário, fica incentivando a invasão de terra porque ele chama o pessoal do agro de fascista. Ele não gosta. Então, quando você põe um termo “Abril Vermelho” é para aterrorizar, é para dizer: “*Vamos derrubar sangue*”. Isso não pode acontecer em um estado sério, em um país sério, onde a Constituição nos garante a propriedade. O Presidente Bolsonaro entregou mais de 400 mil títulos de terras, enquanto esse ex-presidiário não entrega nada, ele quer a baderna, a bagunça. Quem invade uma terra, e do jeito que eles invadem, agredindo as famílias... é um ato criminoso, tem que ser punido com rigor. Vamos deixar de mi-mi-mi: “*Ah, vocês querem prejudicar quem está plantando, que está gerando comida*”. Quem gera comida é o pessoal, é o agricultor do campo, que já está lá há anos fazendo isso. Vocês do MST, pressionem o Governo Lula a entregar título de terra, aí vocês vão pegar o título de terra, vão cultivar a terra, trabalhar e vão produzir. Aí tudo bem. Ora, isso é uma pouca-vergonha. Esse Governo é uma vergonha. O Lula ainda, para incentivar a invasão, está dando R\$1 bilhão para o homem do campo, e está deixando o Plano Safra a ver navios. Então, nós estamos na contramão do que é correto, do que é justo. Toda vez que esse Partido toma o poder é a mesma coisa, aumenta a criminalidade, aumenta invasão de terra. É esse o Governo, o Governo do terror, o Governo da incompetência, da irresponsabilidade, que não respeita as leis, e hoje tem um Supremo que apoia tudo isso, uma Suprema Corte que rasga a

Constituição Federal dia e noite. Então, parabéns para este Projeto, vai ser aprovado aqui e vamos dar segurança realmente para o verdadeiro dono da terra, o que está lá há anos e anos, várias gerações plantando e gerando comida e emprego para a população do Paraná e do Brasil inteiro. Vamos pôr ordem na casa. Quem quer reforma agrária, faça como nós fizemos, entregue título de terra, pare de invadir terra produtiva. Invasão de terra é um ato criminoso e tem que ser responsabilizado com muito rigor. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Doutor Antenor. Esta Presidência anuncia a presença do Vereador de Pinhais, Sr. Amarildo Amaral, por solicitação da Deputada Marli Paulino; do Vereador de São José dos Pinhais, Sr. Andrei Gondro, por solicitação do Deputado Thiago Bührer; e do Vereador de General Carneiro, Sr. Dequinho, por solicitação do Deputado Luís Corti. Com a palavra, Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Deus me perdoe por aquilo que vou iniciar falando. Meus olhos sem meus óculos me traem a todo o momento, mas neste momento meus ouvidos me ajudam a fugir do besteirol, do despreparo, do desconhecimento aqui exposto por um Projeto de Lei que só cria cisão, cria a divisão, mas que leva no seu bojo a essência do olhar de alguns que esquecem que esta Pátria, que este País foi construído por mãos de imigrantes, de estrangeiros, de sofredores, que não tinham a terra, não tinham o teto, não tinham emprego nas suas pátrias de origem. Ou não, se olharmos aqui, a maioria de nós somos descendentes de portugueses, espanhóis, italianos, alemães, ucranianos, e por aí afora...holandeses. Quanta gente veio para esta terra buscar o seu canto, porque lá no lugar mais desenvolvido do mundo, que era a Europa, não tinha acesso a nada? E não adianta se utilizar de forma fundamentalista de trechos da Bíblia, porque eu posso usar aqui também. Pegue Deuteronômio, capítulo 1, versículo 21, lá está escrito para aqueles que buscavam a terra prometida, retomar a sua terra, o seu espaço, está escrito assim: "*Id e tomai posse da terra*". Isso é literal ou é uma fantasia? É Deus se manifestando que a terra de onde se tira a vida é para todos os seres humanos, não é para meia

dúzia. E aqui o que está colocado é mais do mesmo, porque até 1850 neste País os imperadores usaram o sistema de sesmarias. Lembrem que antigamente existiam as Capitanias Hereditárias e, *a posteriori*, os Imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II, as Sesmarias – 6 léguas por 6 léguas –, não importava quem estava em cima. Dizimaram-se as populações originárias, ainda chamadas de indígenas até hoje. Dizimou-se, matou-se, destruiu-se, de Guarapuava a Cascavel. Os xetás, bem citados aqui, foram extintos e outros grupamentos originários foram arrebatados, foram extintos. Nesta América Latina toda, porque aqui é só a amostra daquilo, desse egoísmo que não quer a vida e a vida e a abundância! E, em 1850, a Lei de Terras vai estabelecer que doravante só poderia ter a terra quem pudesse comprá-la. Por quê? Porque estava o movimento abolicionista cobrando no mundo inteiro, no mundo todo – em especial no Brasil –, que os nossos pretos fossem libertos, e eles sabiam trabalhar a terra também. E era preciso um freio de arrumação, era preciso um basta para dizer: *vocês vão para os mocambos, vocês vão para as favelas, vocês não têm direito a terra, vocês só podem ser escravos*. Essa dor veio e constitui o tecido urbano inclusive do nosso País até hoje. Quem está na periferia, quem está na favela, vítima da concentração mais brutal do mundo? Vá ter 10 mil alqueires, vá ter 20 mil alqueires da Europa! Vá! Quero ver se lá os Deputados não escutam o movimento social. O movimento social deu um grito e vou fazer um desafio a cada Deputado aqui, e é por obrigação do nosso Partido, viu, Deputado Arilson? Vamos fazer a lista de quem votar a favor deste Projeto ridículo, esdrúxulo, preconceituoso, nazifascista, desses fascistinhas que, a torto e a direito, mentem para o nosso povo do Paraná. A torto e a direito. Se pegar aqui, é uma aula hoje os posicionamentos. É uma aula aqui do que é essa política deste Estado do Paraná, do que é ser minoritário, do que é defender a vida. Eu como médico não conhecia nenhum assentamento, ouvia falar mal e tive que ir até lá, querido Presidente, tive que ir até lá conhecer o assentamento de perto. Lá tem gente vivendo! Nós temos municípios – estão aqui outros Deputados que sabem –, que só existem hoje por contra dos assentamentos. O que seria Goioxim, o que seria de Campina do Simão, que seria do Candói se estivessem nas mãos de meia dúzia como

estavam? Partilhar a terra é partilhar a vida, é girar a economia, girar o comércio. Não podemos mergulhar em um absurdo desses! Apelo ao coração e à consciência de cada um que aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Dr. Antenor.

DEPUTADO DR. ANTENOR (PT): Retomo. Apelo ao coração e à consciência de cada um e de cada uma que aqui está e que na época da eleição vai lá pedir o voto, porque lá a maioria são trabalhadores. Não vamos idealizar que no movimento social só tem gente maravilhosa! Pode ser que tenha, como no resto da sociedade, outro tipo de gente, mas na maioria são trabalhadores e não são do PT, gente! Nos assentamentos nós perdemos e... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DR. ANTENOR (PT): ... vários assentamentos lá o filiado do MST é uma minoria, é o que escolheu participar do movimento social. O Ademar Borgo, na sua poesia, diz assim: *“Quando chegar na terra, lembra de quem quer chegar...”* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, peço que V.Ex.^a concla. Em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, com todo o respeito aos movimentos sociais, que merecem, mas estamos falando aqui de um Projeto que trata da importância de instituir o Verde e Amarelo e o voto é *“sim”*. Recomendo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, em defesa da pequena propriedade do Paraná, da reforma agrária e do povo do campo, vota *“não”* a esta excrescência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência anuncia a presença do Vereador Neto, de Florestópolis, por solicitação da Deputada Cloara.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Quem vota “sim” nunca morou de aluguel, não é?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quem vota “não” não respeita a propriedade privada.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço respeito. Estamos em processo de votação. Como votam o Deputado Luiz Claudio Romanelli, o Deputado Luís Corti, a Deputada Márcia Huçulak, a Deputada Maria Victoria, a Deputada Cristina, o Deputado Goura? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Thiago Bührer (29 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (5 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (20 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e 5 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 66/2025.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, só para fazer um registro aqui. A Assembleia do Paraná derrotou o povo paranaense neste momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD):

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 158/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 20/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Pinhal de São Bento. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Alguns colegas que estavam lá fora, podem voltar.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Presidente, pode avisar que já acabou a votação do Abril Verde e Amarelo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”, porque estamos com o quórum baixo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Renato Freitas, Requião Filho, Wilmar Reichembach, Mauro Moraes, Jairo Tamura e Deputado Cobra? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fábio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Thiago Buhrer (30 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi,**

Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (24 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 158/2025.

Os Itens 9 e 10 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias correlatas.

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.371, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativo à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.542, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativo à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim” também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, estamos com o quórum baixo, peço que votem “sim”. São mais três ou quatro Projetos para finalizar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Thiago Buhrer (30 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (24 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 701/2023, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Igor Chmyz. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só uma questão. O Item 10 foi lido aí ou não? O ICMS.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Os dois Projetos foram votados de forma agrupada, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ah, os dois. Desculpa.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Enquanto os nossos amigos Deputados votam, só queria parabenizar hoje, dia 23 de abril, o Dia Mundial do Faixa Preta. Então, quero parabenizar aqui todos os praticantes de artes marciais, todos os faixas pretas, seja no formato em que praticam as artes marciais. Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Muito obrigado, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): E hoje, Senhor Presidente, 23 de abril, é o Dia Mundial do Livro. Importante registro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Samuel Dantas e Thiago Buhrer (29 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Denian Couto, Dr. Antenor, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (25 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 701/2023.**

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 128/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o evento "Wine Day Festival". Parecer favorável da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que compõem a base, peço o voto "sim".

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): *Wine Day Festival?* Por que não *Dia do Vinho*? Só por curiosidade.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Posso responder, Presidente, se V.Ex.^a permitir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estamos em processo de votação, Deputado. Como vota o Deputado Mauro Moraes? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho e Thiago Buhrer (28 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Ricardo Arruda,**

*Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (26 Deputados).] Com 28 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado** o Projeto de Lei n.º 128/2025. (O Senhor Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável do Deputado Mauro Moraes.)*

Peço aos Deputados que permaneçam no Plenário, porque estamos com o quórum mínimo.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Senhor Presidente, quero registrar o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Mauro Moraes. Peço aos Deputados que permaneçam no Plenário. Estamos com o quórum mínimo para votação.

ITEM 13 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 208/2025, de autoria da Deputada Mara Lima e do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Wellington Costa Junior. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, com todo respeito aos autores, esse pastor pentecostal brasileiro, Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus, o Pastor José Wellington Costa Junior, fez ataques direcionados, em momentos inoportunos, inclusive em lugares inoportunos, ao Presidente Lula, chamando-o de “laço do diabo”. Eu não vi nenhuma contribuição dele para o desenvolvimento do Estado do Paraná, que é um requisito que aqui tem; nenhuma produção literária que contribua ao povo do Paraná. Eu recomendo o voto da Oposição contrário, com respeito aos autores – ao senhor, à Mara Lima e a todos os outros –, mas o que ele fez de ataque é repreensível que uma pessoa

tenha um título aqui da Assembleia se faz esse tipo de coisa. Voto “não” da Oposição.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra, Deputada Mara Lima. Apenas para comunicar ao Deputado Arilson que essa análise é feita na Comissão de Constituição e Justiça. Com a palavra, Deputada Mara Lima.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Acredito, com respeito ao Deputado, uma falta de conhecimento de quem é Wellington Bezerra Junior. Eu gostaria muitíssimo que se debruçasse e entendesse quem é essa pessoa. É Presidente Nacional do Brasil, sob o seu comando temos – posso tranquilamente dizer – mais de 25 milhões de pessoas que fazem parte da nossa igreja, é o nosso Presidente Geral Nacional, um homem extremamente respeitoso. Por sinal, o Presidente Lula já esteve na Catedral, em São Paulo, por muitas vezes. Ele recebe todas as autoridades com educação e jamais traríamos um nome a esta Casa que não tivesse respeito. Só no Estado do Paraná esse homem tem mais de 5 mil templos, é um homem de muito respeito, e tenho certeza absoluta que quem o conhece sabe que está sendo o nome dele injustiçado aqui neste momento, e não podemos aceitar de forma nenhuma. Então, que fique nos Anais da Casa esse ataque ao Pastor José Wellington Bezerra Filho e tenho certeza que os Deputados vão entender perfeitamente a minha posição. Enquanto Deputada no meu quarto mandato, jamais traria um nome que não tivesse relevância nesta Casa. Muito obrigada.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estamos em processo de votação.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Estamos encaminhando ainda, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Amaro, estamos em processo de votação e temos um quórum mínimo.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Só quero encaminhar favorável. O número de igrejas Assembleia de Deus que temos no Estado do Paraná e o tanto de gente que é beneficiada já justificada esse título. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nós pedimos, com muito orgulho, o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, com respeito aos autores, pede voto “não”, pela palavra já proferida contra o Presidente Lula por esse pastor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto é “sim”. Aos Deputados que não estão presentes, precisamos do quórum necessário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Peço que os Deputados votem. Nós temos 25 Deputados que votaram.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, faltam alguns Deputados votarem ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson

Justus, Reichembach, Ricardo Arruda e Thiago Buhrer (27 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato e Renato Freitas (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (25 Deputados).] Com 27 votos favoráveis e 2 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 208/2025.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 850/2025, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Diretor-Presidente do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Sabóia, conforme específica. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 840/2025 da Deputada Cantora Mara Lima, requerendo dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 208/2025. **Aprovado o Requerimento.**

Requerimento n.º 842/2025 do Deputado Alexandre Curi, requerendo dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 105/2025 e do Projeto de Lei n.º 112/2025. **Aprovado o Requerimento.**

Requerimento n.º 845/2025 do Deputado Hussein Bakri, requerendo dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 225/2025. **Aprovado o Requerimento.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 843/2025, dos Deputados Ana Júlia e Doutor Antenor, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos 25 anos do Centro Universitário Campo Real, localizado no município de Guarapuava; **Requerimento n.º 844/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sra. Mutsuyo Itimura; **Requerimento n.º 846/2025**, dos Deputados Ney Leprevost e Márcio Pacheco, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações aos trabalhadores paranaenses, pelos relevantes serviços prestados no desenvolvimento econômico do Paraná e por ocasião do Dia Internacional do Trabalhador, celebrado no dia 1.º de maio; **Requerimento n.º 847/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa datado do dia 25 de abril de 2025, ao empresário Edy Dal Berto, Diretor-Presidente da Rede Ítalo de Supermercados, pelo transcurso dos 120 anos de fundação do Rotary International e o Dia do Rotariano Paranaense; **Requerimento n.º 849/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo providências na Rodovia PR-323, no município de Rolândia; **Requerimento n.º 851/2025**, dos Deputados Ney Leprevost, Jairo Tamura, Evandro Araújo Mabel Canto, Cristina Silvestri, Cobra Repórter, Delegado Tito Barichello e Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de pesar pelo falecimento da Vossa Santidade, o Papa Francisco, Jorge Mario Bergoglio, a ser encaminhado ao Vaticano, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, à Nunciatura Apostólica no Brasil e à Arquidiocese de Curitiba; **Requerimento n.º 852/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa datado no dia 25 de abril de 2025 ao Governador do Distrito 4730 de Rotary International Ano Rotário 2025 – 2026, Marcelo Augusto Passos, pelo transcurso dos 120 anos de fundação do Rotary International e o Dia do Rotariano Paranaense; **Requerimento n.º 853/2025**, dos Deputados Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Márcia Huçulak, Maria Victória, Cloara Pinheiro, Ana Júlia, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin e Marli Paulino, solicitando o envio de expediente ao Presidente

da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná - AMEP, Sr. Gilson Santos, requerendo medidas para promover a segurança, inclusão e acessibilidade nos novos abrigos de pontos de ônibus adquiridos pelo Governo do Estado; **Requerimentos n.ºs 854 e 855/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: da Sra. Claudine Camargo; e do Sr. Luiz Carlos Chacon de Oliveira, ocorrido no dia 15 de abril.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 841/2025**, dos Deputados Jairo Tamura e Márcio Pacheco, requerendo a inclusão do Deputado Jairo Tamura como coautor do Projeto de Lei n.º 66/2025.

Justificativas de ausências.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 836/2025** do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 de fevereiro de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 837/2025** do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025; **Requerimento n.º 839/2025** do Deputado Fábio Oliveira, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2 de abril de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 838/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 848/2025** do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de fevereiro de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 701/2023 e 128/2025; 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 66/2025 e 158/2025 e dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 3/2025 e 5/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 621/2024 e 182/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 11/2024, 652/2024 e 722/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h54, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)